

UM PANORAMA DAS PESQUISAS PRODUZIDAS NAS REGIÕES NORTE, NORDESTE E CENTRO-OESTE ENVOLVENDO POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS, A PARTIR DE 2005

Patrícia Sandalo Pereira

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS

patricia.pereira@ufms.br

Edinalva da Cruz Teixeira Sakai

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS

edisakai@hotmail.com

Kely Fabricia Pereira Nogueira

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS

kelyn230@gmail.com

Rogers Barros de Paula

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS

rogers.paula@ufms.br

Resumo:

Este artigo tem por finalidade mapear as pesquisas que envolvam políticas públicas educacionais nos cursos de Formação Inicial de Professores de Matemática nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste a partir de 2005. Para tanto, dentro de uma abordagem qualitativa, adotamos como metodologia, o estado da arte que pela sua natureza descritiva da produção acadêmica, nos permitiu reconhecer as proximidades e singularidades desta temática. Assim destes levantamentos, encontramos 38 trabalhos correspondentes às áreas da Capes: Educação e Ensino. Ao mapear estas produções, identificamos 16 trabalhos que foram produzidos nas três regiões de nosso interesse, N, NE e CO. Destes, apenas dois estão voltados para formação inicial de professores de matemática. Diante da grande influência, que as Políticas Públicas exercem sobre o âmbito educacional e da quantidade de pesquisas encontradas neste trabalho que tratam desta temática, apontamos para uma carência de estudos nesta direção.

Palavras-chave: Políticas Públicas Educacionais; Formação Inicial de Professores de Matemática; Estado da arte.

1. Introdução

O Ministério da Educação publicou o V Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) em 2005 e apontou a existência de uma assimetria na produção dos Programas de Pós-Graduação das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, quando comparadas com as produções das regiões Sudeste e Sul. O PNPG é um documento que pode exercer um papel decisivo nos rumos da pós-graduação, integrando-a nas políticas de desenvolvimento científico e tecnológico do país e no sistema da educação superior.

Diante desse panorama apontado por esse PNPG, elaboramos um projeto de pesquisa intitulado “Estado da arte das pesquisas em Educação Matemática que tratam da Formação de Professores produzidas nos Programas de Pós-Graduação das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste no Brasil, a partir de 2005” o qual, foi aprovado no Edital MCTI/CNPq/MEC/CAPES¹ N° 07/2011 e teve seu início em dezembro de 2011. O projeto tem por objetivo mapear as pesquisas em Educação Matemática voltadas para a Formação de Professores que estão sendo produzidas nos Programas de Pós-Graduação nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil, a partir de 2005. O projeto envolve três instituições brasileiras que atendem/abrangem essas regiões: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), além de pesquisadores e mestrandos do Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática (PPGEduMat – UFMS), do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática da UFAL e da UEPB.

A partir das colocações, neste artigo apresentamos um levantamento das dissertações e teses que tratam sobre Políticas Públicas Educacionais, voltadas para a formação inicial de professores, produzidas nas regiões brasileiras: Norte, Nordeste e Centro-Oeste a partir de 2005. Assim, definimos o seguinte objetivo geral: Mapear as pesquisas que envolvam políticas públicas educacionais nos cursos de Formação Inicial de Professores de Matemática nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste a partir de 2005.

Assim, para atingir o nosso objetivo geral, elencamos três objetivos específicos:

I – Levantar as pesquisas brasileiras que envolvam políticas públicas educacionais na formação inicial de professores;

¹ MCTI/CNPq/MEC/CAPES — Ministério de Ciência e Tecnologia da Informação/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/Ministério da Educação/Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

II – Identificar as pesquisas que tratam das políticas públicas educacionais na formação inicial de professores nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste;

III – Identificar e analisar as pesquisas que tratam das políticas públicas educacionais na formação inicial de professores de Matemática nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

2. Políticas Públicas, Políticas Educacionais e a Formação de Professores

Segundo Shiroma; Moraes e Evangelista (2000) o conceito de política na modernidade encadeou-se para compreensão do poder do Estado² ou da sociedade política na organização de grupo social definido estabelecendo um planejamento para ordenar, legislar bem como intervir caso assim for necessário. As autoras acrescentam ainda que como Estado não conseguem superar as contradições existentes na sociedade, implementam as políticas públicas e as de caráter social como as de saúde, educação, cultura, previdência, seguridade, informação, habitação, defesa do consumidor que são estratégicas e contribuem para o Estado implementar sua face social.

Assim, o que caracteriza as políticas públicas são as atitudes de governos, sejam elas de âmbito nacional, regional/estadual ou municipal.

Souza (2003, p. 13) define políticas públicas como um

Campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações e ou entender por que o como as ações tomaram certo rumo em lugar de outro (variável dependente). Em outras palavras, o processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real.

Política pública para Azevedo (2003, p. 38) é “[...] tudo o que um governo faz e deixa de fazer, com todos os impactos de suas ações e de suas omissões”.

Já, Boneti (2008, p. 36) compreende por políticas públicas

[...] a ação que nasce do contexto social, mas que passa pela esfera estatal como uma intervenção pública numa realidade social, quer seja para fazer investimentos ou uma mera regulamentação administrativa. [...] o resultado da dinâmica do jogo de forças que se estabelecem no âmbito das relações de poder, relações essas constituídas pelos grupos econômicos e políticas, classes sociais e demais organizações da sociedade civil.

² Conforme Shiroma; Moraes e Evangelista (2000, p. 7) o Estado é compreendido como um produto da razão, ambiência social marcada pela racionalidade, única na qual o ser humano encontrará possibilidade de viver nos termos razão.

No campo das políticas públicas, algumas referências importantes são os trabalhos de Lima Júnior e Santos (1976), Frey (2000), Belloni et al. (2003) e Arretche (2003).

As políticas educacionais situam-se no âmbito das políticas públicas de caráter social e, como tal, não são estáticas, mas dinâmicas, ou seja, estão em constante transformação. Para compreendê-las, é necessário entender o projeto político do Estado, em seu conjunto, e as contradições do momento histórico em questão.

No campo das políticas educacionais, destacam-se os trabalhos de Shiroma; Moraes e Evangelista (2000), Azevedo e Aguiar (2001a, 2001b), Paro (2001) e Azevedo (2004).

Shiroma; Moraes; Evangelista (2000, p.10) afirmam que

[...] as políticas educacionais, mesmo sob semblante muitas vezes humanitário e benfeitor, expressam sempre as contradições supra-referidas. Não por mera casualidade. Ao longo da história, a educação redefine seu perfil reprodutor/inovador da sociabilidade humana. Adapta-se aos modos de formação técnica e comportamental adequados à produção e reprodução das formas particulares de organização do trabalho e da vida. O processo educativo forma aptidões e comportamentos que lhes são necessários, e a escola é um dos seus loci privilegiados.

Já, Azevedo (2004, p. 9) afirma que

A política educacional definida como policy – programa de ação – e, portanto, no contexto das relações sociais que plasma as assimetrias, a exclusão e as desigualdades que se configuram na sociedade e no nosso objeto. A questão, pois, é ter o sábio equilíbrio: manter uma postura objetiva que dote o conhecimento produzido de um coeficiente científico, sem abdicar de um nível analítico que contemple as condições de possibilidade da adoção de estratégias que venham a permitir a implementação de uma política de transformação (...).

Azevedo e Aguiar (2001a) afirmam que a pesquisa de políticas educacionais no Brasil é um campo relativamente novo, mas em permanente construção e expansão. Pode-se observar um crescimento no número de teses, dissertações, pesquisas e publicações.

Assim, as políticas educacionais determinam as ações no que se refere à educação e definem o direcionamento do Estado sobre a mesma. Então, entende-se por políticas públicas educacionais aquelas que regulam e orientam os sistemas de ensino, intituindo a educação escolar.

Nesta perspectiva, as propostas acerca da formação de professores são determinadas pelas políticas educacionais, e tem sido foco de intensas discussões em encontros, seminários e fóruns. Desse modo, a pesquisa sobre o tema tem trazido sempre novos elementos que conduzem a reflexões no processo de formação de professores.

A preocupação com a formação de professores de matemática torna-se evidente, principalmente quando observamos que na maioria dos congressos nacionais e internacionais, a temática é quase obrigatória.

Mediante as pesquisas já existentes fica evidente que a formação inicial de professores é o começo da busca por uma base de conhecimentos para o exercício da docente, ela deve basear-se em concepções e práticas que levem à reflexão, no sentido de promover estratégias e instrumentos de formação que permitam a articulação entre as dimensões teórica e prática, visando a formação de profissionais capazes de agir autonomamente e de refletir criticamente sobre a prática docente.

Fonseca (2003) evidencia que é sobretudo na formação inicial, nos cursos de graduação que:

[...] os saberes históricos e pedagógicos são mobilizados, problematizados, sistematizados e incorporados à experiência de construção do saber docente Trata-se de um importante momento de construção da identidade pessoal e profissional do professor, espaço de construção de ser e estar na futura profissão (p. 60).

Assim, durante a formação inicial é que será consolidada os pressupostos e as diretrizes educacionais, decisivos na construção da identidade docente.

3. Metodologia

Este trabalho insere-se num conjunto de pesquisas de estado da arte que vem sendo realizadas a partir do projeto de pesquisa já mencionado anteriormente.

Com a intenção de apresentar um quadro panorâmico das pesquisas em Educação Matemática³ que tratam das Políticas Públicas Educacionais voltadas para a Formação Inicial de Professores de Matemática produzidas nos Programas de Pós-Graduação nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil, a partir de 2005, adotamos o *estado da arte* como referencial metodológico para este trabalho, por ser considerada “uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica realizada em torno de temas específicos” (FERREIRA, 2002, p. 258), permitindo reconhecer as proximidades e singularidades da temática e do período de tempo determinados neste trabalho.

³ Ao denominarmos “pesquisas em Educação Matemática” estamos considerando as produções das duas áreas da Capes: Educação e Ensino.

Devido às características descritivas da nossa investigação, optamos por realizar este trabalho dentro de uma abordagem qualitativa. Segundo Bogdan e Biklen (1994) os pesquisadores qualitativos tendem a analisar os seus dados de forma indutiva, dando mais importância ao significado do processo do que simplesmente aos resultados e produtos finais da investigação.

O desenvolvimento de trabalhos que primam em sistematizar as produções existentes em determinadas áreas, particularmente neste trabalho, a Educação Matemática, são de suma importância para o meio acadêmico e científico. Neste sentido, Charlot (2006) corrobora que é preciso registrar a memória da pesquisa em educação, elaborando sínteses integrativas da produção científica, afim de, evitar a dispersão e a repetição das temáticas e metodologias, além de fornecer “importantes elementos para aperfeiçoar a pesquisa num determinado campo do saber” (ANDRÉ, 2009, p.43).

Portanto, para a constituição do *corpus* desta pesquisa foram realizadas as seguintes etapas:

(1) Mapeamento das produções brasileiras que tratam das Políticas Públicas Educacionais, a partir de 2005.

(2) Identificação das pesquisas que versam sobre Políticas Públicas Educacionais na formação inicial, desenvolvidas nas regiões Norte (N), Nordeste (NE) e Centro-Oeste (CO) a partir de 2005.

(3) Análise documental das dissertações e teses que tratam das Políticas Públicas Educacionais voltadas para a formação inicial de professores de Matemática, produzidas nos PPG's das regiões N, N e CO.

O levantamento inicial das produções foi realizado por meio do Portal da Capes/Banco de Teses⁴, seguindo a opção de busca: *Resumos*.

O critério de seleção das teses e dissertações se deu pela busca de termos relativos às Políticas Públicas na formação inicial, como por exemplo: *Políticas Públicas voltadas para os cursos de Licenciaturas; Políticas Públicas voltadas para a formação inicial de professor de matemática; Políticas Públicas na formação inicial de professores de matemática* e *Políticas Públicas voltadas para o curso de matemática* no item *Assunto*, correspondente a uma das opções de busca, permitindo o acesso ao resumo das teses e dissertações defendidas a partir de 2005.

⁴ <http://www.capes.gov.br/servicos/banco-de-teses>

4. Resultados

Na primeira etapa de nosso estudo, ao buscar por trabalhos que versam sobre Políticas Públicas, a partir do ano de 2005, sem delimitar uma área específica de pesquisa e uma região do Brasil onde foram desenvolvidas, encontramos 20.324 trabalhos entre dissertações e teses.

A partir desses dados filtramos para as pesquisas voltadas para a formação inicial de professores e que estavam inseridas nas áreas de nosso interesse: Educação e Ensino. Destes, apenas 38 trabalhos conforme apresentado na Tabela 1 se enquadraram dentro do filtro estabelecido, o que corresponde a aproximadamente 0,2%.

Tabela 1: Teses e dissertações sobre Políticas Públicas voltadas para a formação inicial de professores.

Ano	Teses	Dissertações	Total / Ano
2005	-	04	04
2006	01	-	01
2007	01	02	03
2008	-	02	02
2009	04	02	06
2010	01	08	09
2011	03	10	13
Total	10	28	38

Fonte: Banco de Teses da Capes

Visando atender ao nosso segundo objetivo, ou seja, identificar os trabalhos desenvolvidos nas regiões N, NE e CO encontramos 16 trabalhos, conforme apresentado na Tabela 2.

Tabela 2: As produções das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Ano	Teses/Dissertações
2005	GARCIA, Letícia de Vilhena. A Graduação em Educação Física da UCB no período de 1976 a 2004 – Análise das Matrizes Curriculares no Contexto da Relação Educação Física e Saúde. Mestrado. Universidade Católica de Brasília - Educação Física, 2005. Orientador: Luis Otávio Teles Assumpção.
	LUNA, Christiane Freitas. Educando para a Diferença - Análise Crítica do Conhecimento sobre Pessoas com Necessidades Especiais (Pc/NE) nos Currículos dos Cursos de Educação Física. Mestrado. Universidade do Estado da Bahia - Educação e Contemporaneidade, 2005. Orientador: Julio Cesar Lobo.
	MAKIUCHI, Maria de Fátima Rodrigues. Tessituras de uma rede: um bordado social. Doutorado. Universidade de Brasília - Desenvolvimento Sustentável, 2005. Orientadora: Lais Maria Borges de Mourão Sá.
	MEDEIROS, Gercinaldo de Moura. Cursos Intensivos de Graduação ou a Mão Neoliberal na Formação de Professores. Mestrado. Universidade Federal de

	Alagoas – Educação, 2005. Orientadora: Maria das Graças Medeiros Tavares.
2009	MORAES, Fernando Aparecido de. As concepções de meio ambiente e natureza: implicações nas práticas de EA de professores da rede estadual de ensino no município de Goiânia. Mestrado. Universidade Federal de Goiás - Educação em Ciências e Matemática, 2009. Orientadora: Marilda Shuvartz. Orientadora: Anna Maria Canavarro Benite.
	SÁ, Kátia Oliver de. Pressupostos Ontológicos da Produção do Conhecimento do Lazer no Brasil - 1972 a 2008: realidades e possibilidades na Pós-Graduação e Graduação em Educação Física. Doutorado. Universidade Federal da Bahia – Educação, 2009. Orientadora: Celi Nelza Zulke Taffarel.
2010	ALMEIDA, Cristiane da Conceição Gomes de. Valorização da carreira docente: um estudo sobre a profissionalização do magistério público da educação básica na Bahia (1997-2006). Mestrado. Universidade Federal Da Bahia – Educação, 2010. Orientadora: Maria Couto Cunha.
	CAMPOS, Eliane Fonseca. Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade Infantil (TDAH): trabalho com jogos e materiais manuseáveis. Mestrado. Universidade Federal de Goiás - Educação em Ciências e Matemática, 2010. Orientador: Rogério Ferreira.
	RABELO, Marcos Vinícius Procópio. Altas Habilidades/Superdotação: Necessidades Formativas dos Professores de Ciências na Perspectiva da Educação Inclusiva. Mestrado. Universidade Federal de Goiás - Educação em Ciências e Matemática, 2010. Orientadora: Anna Maria Canavarro Benite.
	SANTOS, Ronan Santana dos. As influências dos formadores sobre os licenciados em Matemática do IME UFG. Mestrado. Universidade Federal de Goiás – Educação em Ciências e Matemática, 2010. Orientadora: Dalva Eterna Gonçalves Rosa.
	SOUSA, Valdirene Gomes de. Da formação à prática pedagógica: uma reflexão sobre a formação matemática do pedagogo. Mestrado. Fundação Universidade Federal do Piauí – Educação, 2010. Orientador: José Augusto de Carvalho Mendes Sobrinho.
2011	FIGUEIREDO JUNIOR, Jose Mauricio de. Conhecimento Gerontológico e a Formação em Educação Física no Estado da Paraíba: Uma Análise Curricular. Mestrado. Fundação Universidade de Pernambuco - Educação Física FESP - UPE – UFPB, 2011. Orientador: Pierre Normando Gomes da Silva.
	LORDSLEEM, Narcísia Leopoldina Cavalcanti. Democratização do Acesso ao Ensino Superior: a Educação à Distância e os Cursos de Graduação na UFRN. Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Administração, 2011. Orientador: Hironobu Sano.
	MENDES, Debora Lucia Lima Leite. Estrutura e Funcionamento do Ensino e a Gestão Educacional: Avaliação de Disciplinas em Cursos de Pedagogia e Licenciatura na Universidade Federal do Ceará. Doutorado. Universidade Federal do Ceará – Educação, 2011. Orientadora: Maria Isabel Filgueiras Lima Ciasca.
	SANTOS, Glézia Kelly Costa. As comunidades quilombolas do campo em Sergipe e os desafios da formação docentes. Mestrado. Fundação Universidade Federal de Sergipe – Educação, 2011. Orientadora: Sônia Meire Santos Azevedo de Jesus
2012	NOGUEIRA, Kely Fabrícia Pereira. A Prática Como Componente Curricular Nos Cursos De Licenciatura Em Matemática: entendimentos e alternativas para sua incorporação e desenvolvimento. Mestrado. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2012. Orientadora: Patrícia Sandalo Pereira

Fonte: Banco de Teses da Capes

A partir do levantamento apresentado acima, encontramos dois trabalhos (Tabela 3) que seguem a temática que trata das políticas públicas educacionais voltadas para a formação inicial de professores de Matemática nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Tabela 3: As produções envolvendo políticas públicas educacionais voltadas para a formação inicial de professores de Matemática das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Ano	Dissertações
2009	SANTOS, Ronan Santana dos. As influências dos formadores sobre os licenciados em Matemática do IME UFG. Mestrado. Universidade Federal de Goiás – Educação em Ciências e Matemática, 2010. Orientadora: Dalva Eterna Gonçalves Rosa.
2012	NOGUEIRA, Kely Fabrícia Pereira. A Prática Como Componente Curricular Nos Cursos De Licenciatura Em Matemática: entendimentos e alternativas para sua incorporação e desenvolvimento. Mestrado. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2012. Orientadora: Patrícia Sandalo Pereira

Fonte: Banco de Teses da Capes

Apresentamos a seguir, uma breve apresentação de cada pesquisa destacando a política pública educacional inserida no trabalho.

Santos (2009) investigou como se manifestam as influências que os formadores do curso de licenciatura em matemática da Universidade Federal de Goiás (UFG) exercem sobre os egressos desse curso, segundo a visão de seus alunos. Buscou-se responder se os professores, tanto da área técnica como da área pedagógica, tinham consciência de suas participações na formação desses egressos.

O aporte teórico da pesquisa - além daqueles do campo da formação inicial de professores de matemática - delinea-se no campo de Políticas Públicas Educacionais para formação de Professores no Brasil. Referenciando-se nos documentos oficiais, o autor discute que a educação é garantida por lei, em que

o Estado tem a obrigação de oferecer e garantir um ensino de qualidade e gratuito para os estudantes brasileiros, visto que a educação é um direito fundamental de natureza social, previsto no artigo 6º da Constituição Federal de 1988. (SANTOS, p. 27)

Sob o olhar lançado na LDB de 1996 e ao discorrer sobre alguns programas, tais como PROFORMAÇÃO, PIBID e PRODOCÊNCIA, Santos enfatiza a necessidade de se discutir políticas de formação de professores e valorização da carreira docente, redimensionando um novo perfil de professor que contemple conhecimentos e saberes teóricos e práticos.

Das Resoluções CNE/CP 1 e 2 de 2002, emergiu a discussão da implementação da Prática como Componente Curricular, como política de formação de professores e buscando ampliar a formação prática dentro de todas as disciplinas do curso. Santos conclui ainda que ao incorporar às 400 horas de PCC, é uma alternativa para a dicotomia

teoria e prática, permitindo que outros saberes sejam levados em consideração para formar os futuros professores.

A pesquisa desenvolvida por Nogueira (2012) teve como objetivo principal analisar como as práticas entendidas como componentes curriculares estão distribuídas nas estruturas curriculares dos Projetos Pedagógicos e como estão sendo desenvolvidas nas disciplinas dos cursos de Licenciatura em Matemática. O *lócus* desta pesquisa foi o curso de Licenciatura em Matemática da UNESP – Presidente Prudente. Nesta instituição constatou-se que foram alocadas às 400 horas de Práticas como Componente Curricular (PCC) no bojo das disciplinas de conteúdos específicos e pedagógicos via Projetos Articuladores, contando com a presença de um professor articulador para cada ano.

A partir deste estudo, entendeu-se que o curso, ao fazer uma proposta de se trabalhar via projetos articuladores, estimulou uma postura reflexiva, questionadora e de trabalho coletivo no ambiente escolar, propiciado pela inserção e implementação da PCC. Nogueira, ainda nos aponta que, com os resultados alcançados foi possível verificar a importância da integração entre os professores no processo do planejamento e da construção do projeto pedagógico do curso visando a inserção das horas de Práticas como Componente Curricular, a partir das Resoluções CNE/CP 1/2002 e CNE/CP 2/2002.

Salientamos que as duas pesquisas foram desenvolvidas na região Centro-Oeste.

Ressaltamos também que a partir dos filtros estabelecidos, encontramos uma pesquisa que foi desenvolvida na região Nordeste, porém este trabalho não foi computado na tabela acima, pois trata da formação matemática do pedagogo e não do licenciando em Matemática.

A pesquisa encontrada foi de Valdirene Gomes de Sousa, intitulada *Da formação à prática pedagógica: uma reflexão sobre a formação matemática do pedagogo* que foi desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Fundação Universidade Federal de Piauí em nível de mestrado, no ano de 2010.

Nesta pesquisa, Sousa (2010) investigou como se constitui a formação inicial em Matemática no contexto do curso de Pedagogia da UFPI e qual a influência dessa formação na prática pedagógica dos egressos desse curso que atuam na docência dos anos iniciais do Ensino Fundamental da rede municipal de Teresina. A autora traz à tona as avaliações externas de nível nacional dos alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental - a Prova Brasil, desenvolvida pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (Inep/MEC), aplicada a cada dois anos em instituições de ensino público, que apontou as

regiões Norte e Nordeste do Brasil as piores notas em Matemática, indicando com isso que, apesar de milhões de crianças terem acesso à escola, elas aprendem muito pouco dos conteúdos curriculares previstos para sua idade e série/ano. Neste sentido, a autora atribui os baixos índices de desempenho apresentados nessas avaliações, especificamente nessa disciplina, como sendo resultado do pouco investimento que tem sido feito na formação inicial dos professores que atuam nessa etapa da escolaridade.

5. Considerações Finais

No âmbito das relações política-sócio-econômica, as políticas públicas exercem o seu papel, seja com investimentos ou com regulamentações administrativas. No campo educacional, são as políticas públicas que regulam e orientam os sistemas de ensino, determinam as ações no que se refere à educação e definem o posicionamento do Estado em relação à mesma.

Pelos dados apresentados podemos verificar que são poucas as pesquisas que foram desenvolvidas nos Programas de Pós-Graduação nas áreas de Educação e Ensino, envolvendo as políticas públicas educacionais, principalmente quando especificamos que tem que ser voltadas a formação inicial de professores de Matemática.

Conforme pudemos observar tivemos duas pesquisas (SANTOS, 2009; NOGUEIRA, 2012), ambas na região Centro-Oeste, que atenderam aos filtros especificados.

Um ponto a ser ressaltado nesses trabalhos é que ambos trataram da Prática como Componente Curricular - PCC, enquanto política pública educacional. A Prática como Componente Curricular surgiu a partir Resolução CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002, estabelecendo que a partir daquele momento, os projetos pedagógicos dos cursos deveriam ter 400 horas de PCC, distribuídas ao longo do curso. Muitos professores que atuam nas licenciaturas ainda não tem clareza do que significa essa prática como componente curricular. Podemos observar quando analisamos os projetos pedagógicos e existe uma carga horária inserida em uma disciplina específica, principalmente na Licenciatura na Matemática, esta é executada por meio de uma lista de exercícios. Muitos ainda não entendem que essa política pública educacional veio imposta por meio de uma Resolução para fazer com que o futuro professor possa conhecer a realidade escolar, ou seja, fazer uma aproximação da Universidade com a escola em que irá atuar futuramente.

Neste sentido, Santos (2009), em seus estudos aponta para uma necessidade de se discutir políticas de formação de professores e valorização da carreira docente.

Já, Nogueira (2012), nos mostrou que algumas políticas, quando colocadas em práticas efetivamente pelo corpo educacional de uma instituição, no caso a UNESP- Presidente Prudente pode trazer resultados benéficos a esta formação.

Salientamos que encontramos uma pesquisa (SOUSA, 2010), porém não computamos por envolver a formação matemática do pedagogo. Essa autora aponta que os resultados das avaliações externas, como por exemplo, a Prova Brasil, aponta os baixos índices de desempenho dos alunos apresentados nessas avaliações como sendo resultado do pouco investimento, por parte do Estado, na formação inicial dos professores.

Portanto, ao traçar este breve panorama das pesquisas que versam sobre Políticas Públicas Educacionais concluímos que, embora seja um tema de suma importância no âmbito educacional, ainda são poucos os estudos voltados a esta temática nas regiões em questão.

6. Referências

- ARRETCHE, M. Dossiê agenda de pesquisas em políticas públicas (Apresentação). *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 7 – 9, fev. 2003.
- ANDRÉ, M. E. D. A. A produção acadêmica sobre formação de professores: um estudo comparativo das dissertações e teses defendidas nos anos 1990. *Revista Formação Docente*, Belo Horizonte, v. 01, p. 41-56, ago/dez. 2009.
- AZEVEDO, J. L. de. *A educação como política pública*. 3ª Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.
- AZEVEDO, J. M. L. de; AGUIAR, M. A. Políticas de educação: concepções e programas. In: WITTMANN, L. C.; GRACINDO, R. V. (Coords.). *O Estado da arte em política e gestão da educação no Brasil: 1991 a 1997*. Brasília: Inep. p. 43- 51, 2001a.
- _____. A produção do conhecimento sobre a política educacional no Brasil: um olhar a partir da ANPED. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 22, n. 77, p. 49 – 70, set-/dez. 2001b.
- AZEVEDO, S. de. Políticas públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação. In: SANTOS JÚNIOR, O. A. et. al.. *Políticas públicas e gestão local:*

programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Rio de Janeiro: FASE, 2003.

BANCO de Teses da Capes. <http://www.capes.gov.br/servicos/banco-de-teses>. acesso em 05/03/2013.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. *Investigação Qualitativa em educação*. (1ed. 1991) Trad. Maria J. Alvez, Sara B. dos Santos e Telmo M. Baptista. Porto: Porto Editora, 1994.

BELLONI, I.; MAGALHÃES, H. de; SOUSA, L. C. de. *Metodologia de avaliação em políticas públicas: uma experiência em educação profissional*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

BONETI, L. W. *Sociologia da educação*. Curitiba: Camões, 2008.

BRASIL. *Resolução CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002*. Institui a duração e a carga horária dos cursos de Licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior. *Diário Oficial da União*, Brasília, 4 mar. 2002d. Seção 1, p. 9.

CHARLOT, B. A pesquisa educacional entre conhecimentos, políticas e práticas: especificidades e desafios de uma área de saber. *Revista Brasileira de Educação*, v. 11, n. 31, p. 07-18, jan-abr 2006.

FERREIRA, N. S. de A. As pesquisas denominadas “estado da arte”. *Educação & Sociedade*. Campinas, n. 79, p. 256-272, ago, 2002.

FONSECA, S. G. *Didática e Prática de Ensino de História*. Campinas/SP: Papirus, 7 ed., 2008.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. *Planejamento e Políticas Públicas (IPEA)*, v. 21, p. 211 – 259, jun. 2000.

LIMA JÚNIOR, O. B.; SANTOS, W. G. dos. Esquema geral para a análise de políticas públicas: uma proposta preliminar. *Revista Administração Pública*, v. 10, n. 2, p. 241-256, 1976.

PARO, V. H. Políticas educacionais: considerações sobre o discurso genérico e a abstração da realidade. In: DOURADO, L. F.; PARO, V. H. *Políticas públicas e Educação Básica*. São Paulo: Xamã, 2001. p. 29 – 47.

SOUZA, C. Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa. *Caderno CRH*, Salvador, n. 39, jul./dez. 2003.

SHIROMA, E. O.; MORAES, M. C. M. de; EVANGELISTA, O. *Política Educacional*.
Rio de Janeiro: DP&A, 2000.